

## “A gente senta e vai escrever”: apropriação de práticas de letramento e da cultura escrita no desenvolvimento de Projetos Sociais Xakriabá

### “We sit down and get to writing”: appropriation of literacy practices and writing culture in the development of Xakriabá Social Projects

Augusta Aparecida Neves de Mendonça<sup>1</sup>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

Rede Municipal de Belo Horizonte

auganm@yahoo.com.br

Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca<sup>2</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

mcfefon@gmail.com

**Resumo:** Este artigo analisa processos de apropriação de práticas de letramento e da cultura escrita, por indígenas Xakriabá, na elaboração de projetos sociais a serem submetidos a editais para desenvolvimento nas aldeias. Tais processos são compreendidos como parte do movimento de *indigenização* dos projetos sociais, à medida que se reconhece a disposição dos Xakriabá de incorporarem essas práticas ao seu próprio sistema de mundo. Operando na relação dos Xakriabá com a cultura escrita pela interpenetração de oralidade e escrita, a apropriação forja uma escrita participativa que compõe o movimento de *indigenização* dos projetos. De uma escrita mais dependente dos parceiros externos, os sujeitos passam à confiança nos professores indígenas, e, enfim, eles mesmos *se servem* da escrita, assumindo a redação, com seus mistérios, rituais, restrições e possibilidades: “a gente senta e vai escrever”.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e da Rede Municipal de Belo Horizonte.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Palavras-chave:** Povo Indígena Xakriabá; Apropriação de práticas de letramento; Indigenização de projetos sociais.

**Abstract:** This paper analyzes appropriation processes of literacy practices and writing culture by Xakriabá Indigenous people, when elaborating social projects submitted to calls for public grants aiming the development of the villages. Such processes are understood as part of the social projects *indigenization* movement, while recognizing the Xakriabá’s willingness to incorporate these practices into their own world system. By operating in the Xakriabá’s relationship with the written culture through the interpenetration of orality and writing, the appropriation forges a participatory writing that composes the projects *indigenization* movement. Beginning with a writing that was more dependent on external partners, the subjects come to trust the Indigenous teachers, and, finally, use writing themselves, assuming its composition, with their mysteries, rituals, restrictions, and possibilities: “we sit and get to writing”.

**Keywords:** Xakriabá Indigenous People; Appropriation of literacy practices; Indigenization of social projects.

## Os Xakriabá, os Projetos Sociais e a apropriação da Cultura Escrita

*No Projeto da Aldeia Sumaré 3, eu fiquei responsável pela escrita. [...] Umhas quatro pessoas vieram pra falar. Eu escrevo e pergunto se é isso ou não é. E sempre eu falo assim pra eles: “nós vamos arriscar, porque não sabemos se vai passar na escrita”. Ainda temos muita dificuldade. (Zeza,<sup>3</sup> em entrevista concedida em 2012)*

No Brasil, o início deste milênio foi marcado por um significativo incremento de políticas sociais para povos indígenas, algumas delas implementadas por meio de concessão de recursos para projetos sociais via editais públicos. Para elaborar, submeter e desenvolver projetos em atendimento a tais editais, comunidades indígenas tiveram que se organizar e criar estratégias para atender a exigências impostas pela necessidade de formalização das relações entre população e poder público, quando mediadas por documentos como editais, projetos, contratos e relatórios de prestação de contas.

---

<sup>3</sup> Zeza é professora Xakriabá e era secretária da Associação da Aldeia Barreiro, tendo atuação destacada desde as primeiras experiências com projetos. A divulgação dos nomes verdadeiros dos sujeitos nos relatos da investigação foi por eles e elas autorizada.

A epígrafe que abre este artigo foi extraída do depoimento de Zeza, colhido durante uma das entrevistas<sup>4</sup> que fizemos com pessoas do povo Xakribá<sup>5</sup> que vivem nas Aldeias Barreiro Preto, Caatinginha, Vargens e Sumaré 3. A realização dessas entrevistas, a participação em três assembleias da Associação Barreiro Preto e em várias reuniões nas comunidades, e as visitas que fizemos acompanhando ações dos projetos e as atividades de seus agentes e coordenadores nas aldeias permitiram-nos produzir o material empírico que subsidiou uma investigação sobre a apropriação, pelos Xakriabá, de práticas letradas envolvidas na elaboração, na proposição, na implementação, na gestão e na prestação de contas dos projetos sociais desenvolvidos por esse povo indígena com recursos obtidos por meio de editais públicos.

Esse estudo foi desenvolvido no período de 2011 a 2013 e, adotando a etnografia como lógica de investigação (GREEN et al, 2005), demandou a permanência nas aldeias por dez períodos, que tiveram a duração de, aproximadamente, dez dias cada um, e o acompanhamento de várias atividades relacionadas aos projetos sociais das aldeias. Isso nos oportunizou testemunhar diversos tipos de interação entre as pessoas da aldeia e dessas com instituições e pessoas externas – interações que essas atividades demandavam e propiciavam –, bem como colher uma série de narrativas sobre tais atividades, feitas pelas pessoas que delas participavam.

O destaque que damos, no início desta reflexão, à fala de Zeza deve-se, aqui, à hipótese da interação de usos da oralidade e da escrita alfabética<sup>6</sup>, que a enunciação de Zeza veicula, e que sugere que as pessoas da comunidade, mesmo as que não escrevem, participam de forma coletiva, cada qual com sua contribuição, das práticas de escrita que os projetos envolvem. A relação entre oralidade e escrita nos parece crucial na discussão do movimento de *indigenização* dos processos de planejamento, implementação e acompanhamento dos projetos sociais nas aldeias Xakriabá, uma vez que abrange não apenas a convivência de tipos de comunicação em mídias diferentes, mas a interação entre modos culturais de representar, significar e interagir. Neste artigo, focalizaremos, de modo especial, os processos de elaboração dos projetos a serem submetidos aos editais de financiamento desses projetos, destacando a complexidade, e não a dicotomia, que caracteriza tal relação.

Com efeito, na dinâmica de redação dos projetos, as pessoas falam, Zeza escreve e submete a escrita à avaliação dos companheiros, que, por sua vez, analisam a fidedignidade desse registro às opiniões e

---

<sup>4</sup> As entrevistas foram gravadas em áudio. No processo de transcrição alguns ajustes foram eventualmente procedidos quando necessários à legibilidade.

<sup>5</sup> Com uma população de cerca 11 mil indígenas, os Xakriabá vivem em uma área de, aproximadamente, 54 mil hectares, dividida em 35 aldeias, localizada nas fronteiras dos Municípios de Itacarambi, São João das Missões, Cônego Marinho e Miravânia, em região próxima ao Vale do São Francisco, norte de Minas Gerais. Hoje, os Xakriabá vivem um processo de retomada do território para que a população tenha acesso ao rio São Francisco, o que tem causado fortes conflitos com os fazendeiros da região (Correa Xakriabá, 2018).

<sup>6</sup> Neste estudo, focalizaremos a apropriação de práticas de escrita alfabética e sua relação com práticas letradas de expressão oral, embora outras discussões pudessem ser desenvolvidas se se considerassem possibilidades diversas de expressão escrita não alfabética adotadas por povos indígenas e que, não sendo aceitas como opção de registro nos projetos submetidos aos editais públicos, de alguma maneira também tensionam os processos de redação desses projetos.

sugestões dadas: “*Um*s quatro pessoas vieram pra *falar*. Eu *escrevo* e *pergunto* se é isso ou não é”. Entretanto, Zeza sabe que o acordo dos oradores não é garantia de aprovação do projeto pelas agências. Ela adverte sobre a necessidade de que o texto produzido, submetido por escrito ao financiador, obtenha aprovação no conteúdo e na forma: de mérito, por critérios de relevância social e de viabilidade técnica; mas também de adequação de estrutura composicional e de estilo (“*não sabemos se vai passar na escrita*”).

Todavia, nos processos de elaboração, assim como naqueles envolvidos no desenvolvimento e na prestação de contas desses projetos, observa-se não apenas submissão a critérios e exigências da ordem moderna, mas também, a *apropriação* de práticas letradas e da cultura escrita, em que a ordem indígena engloba a ordem moderna, incorporando-a ao sistema de mundo Xakriabá. Este artigo pretende, pois, analisar os processos de apropriação de práticas de letramento e da cultura escrita no contexto desses projetos, compondo um movimento a que, parafraseando Marshall Sahlins (1997), temos chamado de *indigenização* dos projetos sociais Xakriabá.

De acordo com Sahlins (1997), nos últimos séculos, o contato com a “civilização” ocidental e a integração com o mercado global suscitaram a constituição de novas formas de vida, além de promover diversificação e complexificação da cultura dos povos indígenas, levando esses povos a uma reelaboração do seu universo cultural, a partir dos novos elementos que passaram a repercutir entre eles. Segundo o autor, investigações antropológicas sugerem que os povos indígenas, entretanto, não se renderam à assimilação do modelo hegemônico, mas buscam incorporar o sistema mundial ao seu próprio sistema de mundo, ou seja, submetem-no a processos de *indigenização* (SAHLINS, 1997). Ele argumenta que povos indígenas e outros grupos supostamente em desaparecimento têm se recusado “tanto a desaparecer quanto a se tornar como nós”:

(...) ao menos aqueles povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo o que lhes foi infligido. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo (p. 52).

Segundo Sahlins, na *indigenização*, as mudanças não acontecem de forma arbitrária, e elas se devem, em parte, ao fato de que são os povos indígenas que estão mudando e que eles “não se pensam necessariamente como periféricos. Estão onde está a vida, e são as outras coisas que são periféricas. Eles operam com elas em termos do seu próprio sistema” (ALMEIDA, 2004, p. 94).

Dessa forma, muitos povos estabelecem processos de reafirmação de sua cultura pela apropriação de externalidades (bens, técnicas, etc) que trazem para dentro de seu próprio sistema, onde elas passam a ter valores muito poderosos. Assim, transgridem as próprias fronteiras, mas colocam o que vem de fora dentro de suas próprias ideias, e, conferindo-lhe valores relacionados a seu próprio conjunto de valores, utilizam-no.

É assumindo essa perspectiva na compreensão dos processos de apropriação pelos Xakriabá dos modelos externos que se lhes apresentam na gestão dos projetos sociais, que analisamos como tais modelos, impostos por instituições externas ao grupo indígena, tendem a ser adaptadas aos sistemas nativos. Nesse sentido, integram o movimento de *indigenização* dos projetos sociais os processos de apropriação pelos Xakriabá das práticas de letramento envolvidas nas atividades relacionadas a esses projetos, que, ao adentrarem na cultura desse grupo indígena, são por eles transformadas e incorporadas ao seu próprio sistema de mundo.

Essa perspectiva supõe, ainda, um entendimento das práticas de letramento como práticas culturais, e da cultura como dinâmica, complexa, múltipla e como produto humano estreitamente entrelaçado a diversas realidades sociais. Mobiliza, ainda, um conceito de apropriação de práticas que, como ressalta Elsie Rockwell (2005), apoiada em Agnes Heller (1997) e Paul Willis (1977), explicita a ação dos sujeitos em relação aos recursos culturais disponíveis e permite destacar “um sentido da natureza ativa e transformadora do sujeito e, ao mesmo tempo, do caráter coercitivo, mas também instrumental, da herança cultural”<sup>7</sup> (ROCKWELL, 2005, p. 29, tradução nossa). Esse conceito de apropriação interessa à nossa perspectiva de análise porque “situa claramente a ação nas pessoas que tomam posse dos recursos culturais disponíveis e os utilizam”<sup>8</sup>(idem).

A discussão sobre apropriação de práticas letradas nos estudos de Rockwell (2005, 2006, 2010) com povos indígenas do México interessa-nos também pelo destaque que confere à interação entre os usos do oral e do escrito em um conjunto de práticas específicas, que lhes dão sentido. Assim, a autora rompe com a oposição tradicional entre oralidade e escrita, que tende a negar a presença da escrita nas culturas de tradição oral e, às vezes, minimizar o peso do oral nas sociedades marcadas pelo maior uso da língua escrita.

Atribuindo à oralidade um papel decisivo na apropriação da cultura escrita, esses estudos ressaltam o papel ativo que os povos indígenas do México tiveram, ao assumirem fazer uso da ferramenta cultural da escrita. Nesse caso, a noção de apropriação neles mobilizada permite apreciar o valor diferencial que um objeto cultural comum, no caso a escrita, pode ter para diferentes grupos humanos dentro de uma sociedade, e confere um sentido ativo e transformador ao sujeito, em vez de apenas referir-se ao caráter impositivo e instrumental do legado cultural.

É essa compreensão de apropriação que assumiremos neste artigo: como ação das pessoas que, de posse de recursos culturais disponíveis na sociedade, os utilizam. Em especial, queremos destacar o processo de apropriação de práticas letradas operando na relação dos Xakriabá com a cultura escrita nas situações que acompanhamos, relacionadas à elaboração de projetos sociais.

---

<sup>7</sup> “un sentido de la naturaleza activa y transformadora del sujeto y, a la vez, del carácter coactivo, pero también instrumental, de la herencia cultural.”

<sup>8</sup> “situa claramente la acción en las personas que toman posesión de los recursos culturales disponibles y que los utilizan.”

Para Suzana Escobar (2012), a cultura escrita entre os Xakriabá configura-se como uma mistura da influência externa, combinada ao uso com significações próprias. Dessa forma, não é possível afirmar “que o letramento dos Xakriabá seja exclusivamente local e nem que a interlocução com a sociedade nacional seja predominante entre eles” (p.165). Cabe, assim, considerar, com Ana Galvão (2010), que “cultura escrita é o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade”. A autora nos adverte que “não existe um único lugar para o escrito em determinada sociedade ou determinado grupo social”. Por isso, os Novos Estudos sobre o Letramento (*New Literacy Studies/NLS*), assumindo uma perspectiva etnográfica e antropológica, buscaram compreender o impacto social da inserção e da aquisição da linguagem escrita em uma determinada comunidade, destacando que esses processos variam nas diferentes culturas, nos diferentes espaços dentro de uma cultura, nas suas distintas instituições e nos seus diversos contextos.

Para Marildes Marinho (2010), as demandas de formulação de projetos de autogestão (que proporcionaram a criação de várias associações comunitárias na Terra Indígena Xakriabá) configuram-se, ao lado da criação e da consolidação das escolas de Educação Básica e da chegada da televisão e do computador<sup>9</sup>, como motivo e circunstância dos processos de mudança nos modos de os Xakriabá se relacionarem com a cultura escrita e de se apropriarem de práticas de letramento. A gestão dos projetos teria gerado demandas de comunicação interna por meio da escrita, e estreitado a parceria, em diversas ações, com estudantes e professores da Universidade Federal de Minas Gerais, o que estabeleceu novas necessidades e dinâmicas de envolvimento em práticas de leitura e escrita em suas aldeias. Em seu estudo, Marinho menciona a comunicação dos indígenas com estudantes e professores da universidade por telefone, *e-mails*, bilhetes, recados, etc., e enfatiza, nesse processo de comunicação, a elaboração de textos escritos, que se tornam objeto de apoio e de processos de produção e interpretação em parceria, em coenunciação, marcados pela constante busca de aproximação de objetivos, expectativas e conhecimentos, muitas vezes diferentes e divergentes (MARINHO, 2010, p. 82).

Em nossa investigação, o acompanhamento dos processos de elaboração e desenvolvimento dos projetos sociais nas aldeias também nos permitiu observar múltiplas relações que os Xakriabá vão estabelecendo com as demandas interpostas por modos de produção formatados numa cultura escrita. O atendimento a essas demandas, as negociações a partir delas, ou mesmo as táticas para driblá-las ensejam instâncias de submissão e resistência ao assujeitamento imposto pelos processos de elaboração e gestão dos projetos sociais na comunidade indígena Xakriabá. Neste texto, focalizaremos, em especial, a apropriação que os sujeitos fazem das práticas letradas envolvidas na escrita dos projetos para concorrer a recursos financeiros via editais públicos, constituindo instâncias de submissão e resistência que se definem pelo posicionamento dos sujeitos nessas práticas e por sua própria posição de sujeito nos projetos sociais e em sua gestão. Em nossa análise, compreendemos os processos de apropriação de práticas letradas como

---

<sup>9</sup> O estudo foi realizado anteriormente à popularização dos telefones celulares.

parte do movimento de *indigenização* dos projetos sociais, à medida que reconhecemos a disposição dos Xakriabá de, apropriando-se de práticas letradas envolvidas no desenvolvimento dos projetos, incorporarem-nas ao seu próprio sistema de mundo.

### **Apropriação de práticas de letramento na escrita dos projetos: “Aí, a gente criou e viciou.”**

*O primeiro projeto que eu te falei, o primeirinho... Nós pegamos, escrevemos tipo uma cartinha com as coisas que a gente queria: enxada, enxadão e foices pra roça. Eu não sei se foi pra Prefeitura... Esse foi o primeiro. Depois nós conseguimos, e a gente achou que ali já era uma coisa, mas era só um pedido. As enxadas chegaram, e ficamos muito contentes. Então, o primeiro projetinho foi esse. Depois vieram outros e depois tivemos um projeto de mandioca. O criatório de peixe não deu certo... Esses outros já por meio de edital. A gente ia até as comunidades, e o pessoal falava assim: “Nós queremos um projeto...”. Eu ficava pensando: “Será que só um pedido ia resolver?” E vimos que não. Foi aí que percebemos que a gente tinha de preencher um monte de papelada. (Zeza, em entrevista concedida em 2012)*

As mudanças protagonizadas pelos Xakriabá diante da demanda da produção escrita nos projetos sociais evidenciam que, nos seus modos de se relacionarem com a cultura escrita, “há fatores de ordem pragmática, institucional, que interferem nessa produção, cujo entendimento e controle exigem aprendizagens e estratégias, até então pouco evidentes e de difícil controle por esses sujeitos” (MARINHO, 2010, p.84).

Ao narrar a trajetória do primeiro projeto da Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto que, na verdade, foi um pedido da comunidade para conseguir, na Prefeitura, ferramentas para o plantio de roças, a própria Zeza já pontua a questão da apropriação de gêneros textuais e dos cuidados em sua utilização, quando se indaga se o que tinham redigido se tratava de um *projeto* ou apenas de um *pedido*. Essa questão é retomada na avaliação da adequação e da eficácia do texto produzido quando os editais passam a induzir a produção escrita: “*será que só um pedido ia resolver?*”. Isso sugere o reconhecimento das funções a que se prestam os diferentes tipos de texto. Nesse caso, vemos os sujeitos preocupados e empenhados em se apropriar de uma escrita adequada aos projetos elaborados, em atendimento aos editais, que é diferente da escrita relativa a um pedido: “*escrevemos tipo uma cartinha com as coisas que a gente queria*”. Confere-se, assim, aos projetos que respondem aos editais um caráter de maior formalidade e respeito a certos padrões, sob pena de não atingirem o objetivo do texto. Nesse sentido, ainda que não dominem o gênero “projetos”, aquele grupo o identifica, distinguindo-o de outros textos usados para apresentar solicitação, o que aponta para a relação entre os processos de apropriação de práticas discursivas e o reconhecimento do gênero: “aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao

ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero” (BAKHTIN, 2000, p. 302).

As primeiras experiências da Associação Indígena Xakriabá com os projetos sociais evidenciaram, entretanto, que as dificuldades que enfrentaram não se limitavam ao processo da escrita, mas também se configuravam em relação à capacidade técnica da população das aldeias para a execução desses projetos. Assim, desde o início da criação da Associação da Aldeia Brejo Mata Fome, em 1995, a saída que seus membros encontraram foi buscar o apoio de pessoas com maior trânsito com a escrita, que assumiriam, entretanto, não apenas a elaboração e a redação dos projetos, mas também sua gestão. No caso relatado pelo Sr. Waldinho<sup>10</sup>, apresentado a seguir, uma professora e um morador de uma cidade vizinha ajudavam na escrita e nos encaminhamentos dos primeiros projetos da Associação:

Era a Júlia, professora, quem escrevia os Projetos; e quem ajudava a gente a tocar os projetos era um rapaz chamado José Silvino, lá de Itacarambi. Ele ajudava quando a gente tinha muita dificuldade. Eu só não sei por que ele tinha interesse em ajudar a gente, mas ele ajudava. (Sr. Waldinho, em entrevista concedida em 2012)

Entre 2003 e 2005, período de grande efetivação das políticas sociais direcionadas aos povos indígenas, os Xakriabá buscaram parcerias com instituições diversas para o suporte técnico nos projetos sociais. A parceria que a Associação da Aldeia Barreiro Preto estabeleceu com a UFMG, mais efetivamente a partir de 2005, ilustra bem essa alternativa que encontraram para superar as dificuldades relativas aos projetos sociais.

Para Marinho (2010), a presença da UFMG entre os Xakriabá, quando do atendimento às demandas de escrita e gestão dos projetos submetidos a agências de financiamento, contribuiu para “o agenciamento nessas comunidades, de novas relações com a oralidade e com a escrita”. O estabelecimento dessas relações é, aqui, analisado como parte integrante do que temos chamado de movimento de indigenização dos projetos sociais, definindo, na relação com a cultura escrita, papéis específicos para os sujeitos envolvidos na redação dos projetos.

O relato de Nicolau<sup>11</sup>, por exemplo, refere-se aos papéis: de Wilder, à época mestrando e bolsista da UFMG, que participou efetivamente dos encaminhamentos relativos aos projetos da Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto; da comunidade, que se reúne previamente para discutir o projeto; e dele próprio e do companheiro Zé Leite<sup>12</sup>, que são os que “sentam” junto ao parceiro “de fora” para escrever e “fechar” o projeto.

---

<sup>10</sup> Liderança Xakriabá da aldeia Barreiro Preto. Teve grande envolvimento no processo de luta pela terra na década de 1980, sendo um dos pioneiros na criação da primeira Associação Indígena Xakriabá, na aldeia Brejo Mata Fome e, posteriormente, na criação da Associação da Aldeia Barreiro Preto. Faleceu em 2018.

<sup>11</sup> Professor Xakriabá, era Presidente da Associação da aldeia Barreiro Preto, destacando-se como uma das pessoas com mais trânsito no trato das questões relacionadas aos projetos sociais.

<sup>12</sup> Liderança Xakriabá da Aldeia Vargens.

Esse projeto aqui da Farinheira foi o primeiro. Porque veio o pessoal da UFMG, os alunos que ficou aí fazendo um trabalho. A gente aproveitou a oportunidade e colocou mesmo em prática. Porque eles veio pra dar apoio a toda associação que quisesse criar projeto. Só que aquelas que não importou tanto, elas não teve um projeto. Igual esse daqui das Vargens mesmo. Nós foi pra Missões, inclusive a gente ficou lá uns dois dia com o Wilder pra escrever o projeto. Aí ele tava por dentro de todas pergunta, porque a gente já tinha reunido com a comunidade. A gente já tinha reunido pra discutir o projeto.

Aí, a gente foi mais pra escrever, porque não seria muita gente pra sentar pra fazer um projeto. Aí, foi eu e Zé Leite, nós ficuemo lá dum dia pro outro. Aí, na outra semana, mais ou menos dois dias depois, nós tornamos a ir lá, aí mais ou menos ficou fechado. Aí, eu ainda falei pra Wilder: “Wilder, só vou parar na hora que eu vê colocando no correio.” A gente conseguiu enviar pra Carteira Indígena. (Nicolau, em entrevista concedida em 2012)

O relato de Nicolau deixa claro que o papel do Wilder, estudante da UFMG, era escrever, baseando-se nas discussões da comunidade: “(...) *inclusive a gente ficou lá uns dois dias com o Wilder pra escrever o projeto. Aí, ele tava por dentro de todas pergunta, porque a gente já tinha reunido com a comunidade*”. Nicolau pondera que não seria operacional realizar essa tarefa com a participação de muitas pessoas: “*Aí, a gente foi mais pra escrever, porque não seria muita gente pra sentar pra fazer um projeto*”. Mas a comunidade não delega ao estudante a tarefa da escrita. Ela se faz presente nas pessoas de Nicolau e Zé Leite, que assumem a autoria e a responsabilidade sobre a produção e o destino do texto: “*Wilder, só vou parar na hora que eu vê colocando no correio*”. Vale dizer que os redatores são responsáveis por contemplar, no texto do projeto, aquilo que foi discutido no coletivo da comunidade.

Isso nos sugere que a credibilidade desses redatores está ligada não apenas à avaliação da competência técnica para a escrita – considerada decisiva para a aprovação dos projetos –, como também à confiança que as pessoas têm de que eles iriam refletir a vontade da comunidade e a discussão feita nas várias reuniões ocorridas em função dos projetos.

Com o desenrolar das experiências com os projetos, além da relação de parceria da Associação Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto com a UFMG, começou a haver um maior envolvimento de professores e professoras indígenas e também de outras pessoas da comunidade, mais ligadas à Associação, com a escrita dos projetos. Esse período de maior oferta de recursos para as comunidades indígenas por meio de editais de projetos financiados por Órgãos do Governo Federal coincide com a época em que esses professores e professoras indígenas frequentavam, na UFMG, o Curso de Licenciatura Indígena (2006-2010).

Olha, o primeiro projeto que a gente arriscou foi o do PROSAM. Eu e a Zeza, que também era secretária da Associação. Como todos os projetos já vinha por editais e já tinha o formulário dali,

a gente seguiu um roteiro, e o PROSAM era um dos mais simples e a gente achou que dava pra encarar sozinho, pra experimentar. E nós arriscou e veio. Aí, a gente criou e viciou. E começou a encarar também os outros. Assim, é claro que volta e meia tinha alguém as vez por perto dando uma força. O próprio pessoal da UFMG, assim como os bolsistas que vinha, passava por aqui, mas a gente sabe que não tinha eles por aqui por perto sempre, então a gente foi encarando também. E aí foi onde a Carteira Indígena também que abriu essas portas aí. E a gente começou a encarar e aí sempre a Zeza, às vezes a Cida, o próprio Nicolau, o representante Waldinho. A gente sempre tinha aquele grupo ali junto e começou a ampliar: Sônia e outras pessoas também que ia chegando, Célia se interessou também, tá acompanhando e mais pessoas e aí a gente começou um corrigir o outro, tentar... ou dar ideia pro outro e começou a pegar alguma coisa nesse sentido. (Hilário<sup>13</sup>, em entrevista concedida em 2012)

Nós temos uma diretora... Ela é da Aldeia Barreiro Preto, que é a Maria José, a Zeza. Ela também ajuda a gente muito. Temos também o professor Marcelo, que dá aula aqui pra 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> e na Caatinginha e lá no Barreiro também. Ele que ajuda a gente a escrever o projeto e, juntando com as ideias da liderança, dos agentes de saúde, dos professores da comunidade, aí a gente senta e vai escrever. Se tiver alguma coisa, ele ajuda. Tem o Nei que sempre ajuda também... E aqui na escola tem o Edvaldo que está participando também. O Edvaldo começou a participar depois que o projeto já foi aprovado. (Terezinha<sup>14</sup>, em entrevista concedida em 2012)

As narrativas do Hilário e da Terezinha sugerem que, no processo de escrita dos projetos, há o propósito da “escrita participativa com as lideranças” (ESCOBAR, 2012). As falas de Hilário se referem a um coletivo da comunidade assumindo a tarefa da escrita “o primeiro projeto que a gente arriscou”; “a gente seguiu um roteiro”. Além disso, mostram que há um processo de aprendizagem em curso, por meio de tentativas, de experiências e competências que os vão habilitando na produção e na apreciação do texto: “(...) a gente começou um corrigir o outro, tentar... ou dar ideia pro outro e começou a pegar alguma coisa nesse sentido”.

Apesar da pouca intimidade com a tecnologia da escrita que os faz referir-se a assumir a redação de projeto como um “risco” – “a gente arriscou” – os sujeitos se reportam a instâncias de apropriação de práticas letradas de escrita dos projetos num tal nível que lhes permite mobilizar habilidades que Vera Ribeiro e Maria da Conceição Fonseca (2010), ao apresentarem a matriz de avaliação de alfabetismo funcional proposta pelo Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)<sup>15</sup>, apontam como as de maiores

---

<sup>13</sup> Xakriabá morador da Aldeia Barreiro Preto, é muito atuante em todos os movimentos do Território. Atuou como presidente da Associação da aldeia Barreiro e hoje é membro da diretoria dessa associação.

<sup>14</sup> Xakriabá, agente de Saúde na Aldeia Caatinginha, onde reside.

<sup>15</sup> O Indicador de Alfabetismo Funcional aponta os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta. Seu principal objetivo é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática da população entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de educação e cultura, além de colaborar para o monitoramento de seu desempenho (cf. Ribeiro e Fonseca, 2010).

exigências do ponto de vista da intimidade com gêneros específicos. Trata-se das habilidades associadas à avaliação do texto, que permitem “*um corrigir o outro*”, “*dar ideia pro outro*”, “*pegar alguma coisa nesse sentido*”. As autoras caracterizam as tarefas que envolvem essas habilidades como aquelas que “convocam explicitamente o leitor a aportar informação extratextual para confrontar com informação textual ou emitir parecer sobre ela” (RIBEIRO e FONSECA, 2010, p.160).

Ao assumir a responsabilidade da escrita como tarefa coletiva viabilizada por uma competência também avaliada como uma conquista coletiva, esses sujeitos falam do estabelecimento de novas relações com a escrita, proporcionadas por novas experiências de redações de projetos. Essas relações são incentivadas pela urgência de tomarem para si a tarefa da redação: “*e a gente achou que dava pra encarar sozinho pra experimentar*”; “*mas a gente sabe que não tinha eles por aqui por perto sempre*”.

As novas relações com a escrita se baseiam ainda, pragmaticamente, no reforço representado pelo êxito: “*E nós arriscou e veio. Aí, a gente criou e viciou. E começou a encarar também os outros*”. Assim Hilário narra a apropriação das práticas de escrita de projetos a serem submetidos aos editais. O processo passa pela busca de uma forma que as pessoas da aldeia intuem, mas não dominam (“*nós arriscou*”), pelo recebimento da resposta positiva do interlocutor (“*e veio*”), pela admissão da autoria (“*a gente criou*”), chegando, finalmente, à incorporação dessa escrita como prática frequente (“*e viciou*”).

### **Oralidade, escrita e autoria coletiva: “E aí a gente senta e vai escrever”**

O relato da Terezinha mostra, também, que muitos sujeitos participam do coletivo dessa escrita e que a discussão oral compõe e inspira o processo de escrever: “*Ele que ajuda a gente a escrever o projeto e juntando com as ideias da liderança, dos agentes de saúde, dos professores da comunidade*”. Terezinha, sendo agente de saúde, não está entre os que efetivamente assumem a parte “técnica” da escrita, porém se inclui entre os autores e considera-se participante da atividade de escrever. Em seu relato, Terezinha refere-se à dinâmica de produção coletiva do texto a que outras pessoas da aldeia também descrevem: “*(..) e aí a gente senta e vai escrever*”. Essa reiteração nos depoimentos dos sujeitos evidencia uma escrita participativa e a participação como dinâmica consagrada de produção de texto. Todos participam da redação dos projetos independentemente do grau de afinidade que têm com a escrita, ainda que sejam os professores indígenas que assumam a função do registro.

A busca de pessoas com maior domínio da escrita para exercer tal função, por sua vez, sugere um reconhecimento por parte dos envolvidos nos projetos de que o processo de escrita é decisivo para o sucesso de um projeto, que também precisa ser viável técnica e ideologicamente, mas igualmente deve apresentar-se como tal, no texto da proposta. Além disso, a tarefa de escrever um projeto deve ser submetida às demandas da escrita institucional prevista em cada edital, o que supõe um leitor competente para compreender a intenção do texto que o edital veicula.

Em seu trabalho, Escobar (2012) se refere aos professores-redatores como “escreventes” e, conforme o relato de um deles, a sua função é ““decifrar enigmas”, tanto do escrito para a compreensão dos sujeitos, quanto dos sujeitos para os agentes financiadores” (ESCOBAR, 2012, p. 188, grifos da autora). Isso significa que, para esse “escrevente”, o edital era um enigma a ser decifrado para as lideranças, e o desejo da comunidade, por sua vez, um enigma a ser traduzido conforme as exigências do financiador.

Observa-se, pois, a existência de conhecimentos e procedimentos relativos à oralidade e à escrita que se atualizam em um contexto de articulação ou de convivência entre práticas orais e escritas e vão redefinindo o papel de cada um e do coletivo na elaboração dos projetos. Por isso, aquele relato da Zeza (do qual extraímos a epígrafe deste artigo) nos parece crucial para a compreensão dos processos de apropriação de práticas de letramento associadas à escrita dos projetos:

Na Aldeia Caatinginha, a gente dividiu alguns professores pra ficar responsável pelo projeto de lá. Os responsáveis ajudavam a escrever e tem também os responsáveis da comunidade que vem falar. Não é só pegar e escrever de qualquer jeito, não... Aí vêm as pessoas escolhidas pela comunidade pra vim falar. Aí, de cada comunidade vem uma pessoa diferente. No Projeto da Aldeia Sumaré 3, eu fiquei responsável pela escrita. Um quatro pessoas vieram pra falar. Eu escrevo e pergunto se é isso ou não é. E sempre eu falo assim pra eles: “nós vamos arriscar porque não sabemos se vai passar na escrita”. Ainda temos muita dificuldade. (Zeza, em entrevista concedida em 2012)

A referência dominante nos modos da produção escrita do projeto é a insistência da depoente em dizer que aquilo que é escrito é produto das falas de várias pessoas, conferindo o papel de autoria do texto àqueles que não têm a tecnologia da escrita. Trata-se de uma escrita participativa: “*eu escrevo e pergunto se é isso ou não é*”.

David Olson (1997) discute a crença de que a escrita é superior à fala, diante da ideia de que a fala é propriedade do povo, solta e desregada, e a escrita, instrumento de precisão e poder. Ele argumenta que o discurso oral precede e circunda o preparo, a interpretação e a análise do discurso escrito; a linguagem escrita depende da fala: “A linguagem oral é um instrumento e uma riqueza fundamental da mente; a escrita, embora importante, é sempre secundária” (OLSON, 1997, p.25).

Nessa perspectiva, a exigência da escrita dos projetos sociais Xakriabá tem promovido um confronto entre modelos de funcionamento da escrita e da oralidade que explicitam “a alternância e a complementaridade de uma em relação a outra” (MARINHO, 2010, p.88). Percebe-se que a cultura oral permanece como referência dominante nos modos de produção do projeto, pois, como a natureza coletiva dos projetos sociais é insistentemente demarcada, o fato de só alguns dominarem a tecnologia da escrita não impede que o projeto seja pensado por todos.

Nesse caso dos Xakriabá, observa-se forte semelhança com a situação relatada por Rockwell (2010) no que diz respeito ao posicionamento de duas lideranças camponesas mexicanas, diante dos empreendimentos e das estratégias em relação à escrita, visando à aproximação dos povoados com o

processo de urbanização. Para isso, elas tiveram de adquirir a técnica a fim de produzir documentos necessários ao processo de urbanização e definir as estratégias no lidar com as autoridades governamentais, utilizando a escrita. Além disso, tiveram de participar de transações complexas e conseguir, nas assembleias locais, os acordos necessários para executar os diversos projetos.

Para Rockwell (2010), a gestão comunitária de projetos públicos ofereceu, à época, um contexto favorável para que, inclusive pessoas pouco escolarizadas e que tinham aprendido o espanhol somente na fase adulta, se apropriassem dos conhecimentos ligados à escrita, necessários à sequência dos trabalhos. Durante o período estudado, as competências individuais importavam menos que a capacidade confirmada de saber manipular a escrita na esfera pública. Os camponeses davam a mesma importância à compreensão do sentido e do conteúdo dos documentos na língua oficial e adotavam estratégias adequadas para utilizar ou evitar o uso desses documentos na condução dos aspectos legais ligados à vida da cidade.

Rockwell (2010) ressalta a não existência de uma dicotomia clara opondo o Estado, vinculado à lógica da escrita, e os camponeses, ligados à tradição oral. O que se vê é uma interação complexa entre as *performances* orais ou escritas nas decisões tomadas, tanto pelos agentes do Estado quanto pelos agentes locais, com ou sem acordo verbal ou escrito. A análise que ela empreende das diferentes maneiras de utilizar e se apropriar da escrita leva a perceber que a articulação e a interpenetração entre a participação dos cidadãos nas assembleias e comissões e a ação das autoridades, vindas de diversas esferas do governo, desconsideram as distinções com as quais se costuma separar as funções da oralidade e da escrita.

Toda a discussão entre os Xakriabá sobre os projetos, embora travada oralmente, supõe certo conhecimento da língua escrita para avaliar o que pode ser pedido (por escrito) e o que os redatores vão escrever para pedir. Ainda que as pessoas da comunidade que discutem os projetos não sejam os redatores e “só” debatam, eles não discutem oralmente sem ter algum conhecimento das possibilidades e dos limites daquele texto escrito. Apesar de suas limitações no exercício das práticas de escrita, os Xakriabá sabem o que é dizível no gênero textual “projeto social indígena em atendimento a edital de financiamento público”. E eles o distinguem do gênero “pedido”.

Aqueles que redigem, por sua vez, não assumem apenas uma tarefa técnica, não são meros tradutores de ideias em palavra escrita. Eles e elas participam da discussão e do estabelecimento de acordos que se fazem oralmente, mas que se estabelecem na escrita.

Conforme Zeza, “*não é só pegar e escrever de qualquer jeito não*”. Vemos que, se há disputas travadas oralmente em relação ao que será dito, tais disputas assumem novas configurações nas escolhas dos modos como serão expressas. As pessoas que, oficialmente, assumem a escrita, submetem o texto ao grupo presente na reunião, mas sabem que a aprovação do coletivo não é necessariamente garantia de aprovação do projeto: “*porque nós não sabemos se vai passar na escrita*”. Eles entendem a complexidade do escrever, ponderando o peso da forma na avaliação do projeto pelas agências financiadoras. Não se trata, apenas, de uma avaliação de correção de escrita, conforme a variante padrão, mas de uma adequação das demandas ao que pode ser pedido por escrito.

Nesse sentido, a própria dúvida sobre as condições de aprovação do projeto “na escrita” sugere a apropriação do funcionamento da escrita, isto é, os sujeitos compreendem que critérios de adequação ao gênero textual poderão ser menos ou mais considerados na avaliação dos projetos, e que, portanto, a produção de um texto escrito demanda o enfrentamento de dificuldades técnicas e a aceitação dos riscos de uma avaliação que é feita num outro tempo que não o da produção do texto, instaurando uma dinâmica de relação com o interlocutor – distante no espaço e no tempo – diversa daquela estabelecida na comunicação oral e presente em que se pode “*um corrigir o outro, tentar*”, “*ou dar ideia pro outro*” ou “*perguntar se é isso ou não é*” e receber uma resposta imediata. A apropriação dessa prática letrada pelos Xakriabá supõe, pois, acolher um outro *timing* da relação interlocutiva e resignar-se a escrever sem saber “*se vai passar na escrita*”.

### **Considerações finais: “Escrever as coisas num pedaço de papel é uma coisa; a roça que eles vão plantar é outra”**

A adequação ao gênero e a eficácia de seu uso exigem ainda certa “astúcia” (CERTEAU, 2008) na definição do que será proposto ou relatado no texto escrito do projeto. As observações que fizemos durante todo o trabalho de campo nos sugerem que, quando da escrita dos projetos, já se sabe que o proposto não será necessariamente o que vai acontecer. A escrita demanda uma adaptação e isso não quer dizer que o texto não tenha sido fiel ao que foi falado, uma vez que as pessoas, ao falarem o que deve ser escrito, já imprimem ao texto oral adaptações que o tornem “escrivível”.

Os processos de apropriação da escrita incluem uma compreensão intuitiva de que, uma vez definido o gênero do discurso – cuja escolha “é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc.” (BAKHTIN, 2000, p. 301) – o intuito discursivo do locutor deverá adaptar-se e ajustar-se ao gênero escolhido.

Marinho (2010), ao mencionar a declaração da coordenadora do trabalho da UFMG que envolvia os projetos sociais na Terra Indígena Xakriabá de que “a atividade de escrever as coisas num pedaço de papel é uma coisa, a roça que eles vão plantar é outra” (MARINHO, 2010, p. 84), destaca a distinção entre o que se escreve nos projetos e o que acontecerá na aldeia. Esse afastamento, entretanto, não se configura como um desvio de percurso, mas como uma adaptação do que se escreve a normas do que é dizível num projeto a ser submetido para financiamento. Isto é, não é a prática que se afasta da intenção original, mas a intenção é que tem de se adequar às restrições impostas pelas normas do edital e pelas regras da escrita. Nesse afastamento, interferem decisivamente diferentes modos de gestão do tempo que a escrita impõe: “a

concepção do tempo e do modo como se vive e organiza a vida cotidiana e como dela se fala é diferente do tempo com que se planeja esta vida cotidiana, através da escrita” (MARINHO, 2010, p. 84).

Nos projetos sociais Xakriabá, a cultura escrita vai, portanto, se estabelecendo em estreita, mas também tensa, relação com a forma oral do uso da linguagem, de modo que uma e outra se deixam permear pelas preocupações e recursos que veiculam, em atendimento a imposições estabelecidas pela esfera da comunicação, na qual elas estão inseridas, pensando também nos diversos interlocutores participantes daquela esfera.

Essa interpenetração entre oralidade e escrita se configura como mais uma faceta da coletivização da autoria ou da escrita participativa que caracteriza o processo de apropriação de práticas letradas na escrita dos projetos. Esse processo revela um saber “se servir” da escrita (ROCKWELL, 2010), identificado nas estratégias que o presidente da Associação utiliza para “se virar” com a escrita, recorrendo, por exemplo, aos especialistas, ou na dinâmica de produção coletiva que se vale do domínio dos recursos da oralidade por diversas pessoas da comunidade que participam da produção do texto do projeto; mas também de seus conhecimentos sobre o gênero textual “projeto” e sobre as limitações que o gênero impõe ao que será dizível, ao estilo de dizer e à estruturação do que será dito.

É nesse sentido que nossa análise compreende que os Xakriabá não se rendem à assimilação do modelo hegemônico, mas buscam incorporá-lo ao seu próprio sistema de mundo (SAHLINS, 1997). Desse modo, vemos os processos de apropriação de práticas de letramento e da cultura escrita pelos Xakriabá integrando-se à dinâmica de *indigenização* dos projetos sociais. Esses processos, que já começam na escrita inicialmente mais dependente dos parceiros externos, levam à confiança depositada nos professores indígenas da própria comunidade, chegando, por fim, à disposição coletiva de assumir a escrita com seus mistérios, riscos, restrições e possibilidades: “*a gente senta e vai escrever*”.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. W. B. Uma entrevista com Marshall Sahlins. In: A. F. PEIXOTO, H. PONTES e M. L. SCHWARCZ (Orgs.). **Antropologias, Histórias, Experiências**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

BAKHTIN M. **Estética da criação verbal**. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 15ª ed. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 2008.

CORREA XAKRIABÁ, C. N. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. Brasília/DF: (Dissertação de Mestrado), Universidade de Brasília, 2018.

ESCOBAR, S. **Os projetos sociais do povo indígena Xakriabá e a participação dos sujeitos**: entre o “desenho da mente”, a “tinta no papel” e a “mão na massa”. Belo Horizonte/MG: (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2012.

GALVÃO, A. M. O. Histórias das Culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: M. MARINHO e G. T. CARVALHO (orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 219-248.

GREEN, J.; DIXON, C.; ZAHARLICK, A. A etnografia como uma lógica de investigação. Tradução de Adail Sebastião Rodrigues Júnior e Maria Lúcia Castanheira. **Educação em Revista**, 2005, v. 42, p. 13-79.

MARINHO, M.. Letramento: a criação de um neologismo e a construção de um conceito. In: M. MARINHO e G. T. CARVALHO (orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p.68-100.

OLSON, D. R. **O mundo no papel**: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. 1ª ed. São Paulo, Ática, 1997.

RIBEIRO, V. M. e FONSECA, M. C. F. R. Matriz de referência para a medição do alfabetismo de jovens e adultos nos domínios do letramento e do numeramento. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 21 n. 45, 2010, p. 147-168. <http://dx.doi.org/10.18222/ae214520102031>

ROCKWELL, E. L'appropriation de l'écriture dans deux villages nahua du centre Du Mexique. **Langage et Société**, v. 133, 2010, p. 83-99. <https://doi.org/10.3917/ls.133.0083>

ROCKWELL, E. Apropiaciones indígenas de la escritura em tres domínios: religión, gobierno y escuela. **Cultura Escrita y Sociedad**, v. 3, 2006, p. 61-218.

ROCKWELL, E. La apropiación, un proceso entre muchos que ocurren en ámbitos escolares. **Memoria, conocimiento y utopía. Anuario de La Sociedad Mexicana de Historia de la Educación**, v. 1, 2005, p. 28-38.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, v.3, n. 1, 1997, p. 41-73.

*Submetido: 21/10/2018*

*Aceito: 03/09/2019*